

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Bloco F – Campus do

Gragoatá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.proac.uff.br/econ/>

Editor: Luiz Fernando Cerqueira; lcer@uol.com.br; lfcerqueira@economia.uff.br.

**PIB per capita na ótica de gênero: Brasil
1991 a 2015**

Lucilene Morandi

Hildete Pereira de Melo

Ruth Helena Dweck

TD 335

Janeiro/2018

*Professoras e membros do Núcleo de Estudos de Gênero da Faculdade de Economia da UFF.

Introdução

O campo de estudos de gênero desenvolve-se no Brasil desde o início dos anos 1980, resultante tanto do fortalecimento dos movimentos feministas internacionais como dos brasileiros. No Brasil, os feminismos vão para a rua, a partir de 1975, respaldados pela decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de realizar a I Conferência Internacional da Mulher na cidade do México. Na sequência, as mulheres brasileiras desfraldaram as bandeiras pela volta da democracia e pela igualdade entre os sexos. Assim, a novidade destes últimos quarenta anos foi o avanço da produção acadêmica feminista no mundo e a emergência de fundamentos teóricos para interpretar a histórica discriminação das mulheres. Nesta segunda década do século XXI estamos vivendo um terceiro momento de grande turbulência no campo das relações de gênero e raça, com a postura aguerrida das mulheres no mundo para denunciaras discriminações e desigualdades que as afligem secularmente.

As relações de gênero são o fio condutor que este trabalho utiliza para trafegar entre os cânones estabelecidos pela macroeconomia numa análise da produção agregada. O conceito de relações de gênero é uma construção histórica e social do feminino e do masculino, que interpreta as relações sociais que se estabelecem entre os sexos e vividas na sociedade mundial com forte assimetria¹. Assim, a perspectiva de gênero no estudo das relações socioeconômicas trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis exercidos pelas mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e analisando, como um de seus componentes centrais, a assimetria de poder. Isto porque a ideologia da natureza feminina criou uma cortina de fumaça que obscureceu as formas de viver das mulheres. A rigor, na produção acadêmica, as mulheres apareciam e ainda aparecem apenas como uma categoria estatística. Em geral as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, apresentam taxas de rotatividade mais altas nos seus respectivos trabalhos, atuam mais comumente no setor serviços e na indústria estão concentradas apenas em alguns ramos manufatureiros. Mas a ciência, na perspectiva das mulheres, deveria ir além disso e os feminismos seriam “uma ideologia política ou uma perspectiva crítica do conhecimento

¹ O conceito de gênero é um dos principais instrumentos teóricos utilizado pela produção acadêmica feminista, tendo sido definido pela historiadora Joan Scott (1990) e, para esta autora, gênero é a organização social da diferença.

que, superando os preconceitos de gênero nas relações sociais teria um lugar importante na revisão de ciências que omitem as mulheres (Aguiar, 1997, p. 9-10).

Os temas arrolados na academia referem-se em grande medida à problemática do trabalho feminino, da saúde reprodutiva, e da sua participação na política e na família. Uma das temáticas mais recorrentes é a da invisibilidade do trabalho da mulher, numa discussão, sobretudo com a economia, sobre a desqualificação do trabalho doméstico. Este é um dos temas mais antigos trazidos pelo feminismo para as ciências sociais e está referenciado a uma tentativa de reinterpretar os conceitos de trabalho doméstico e de trabalho pago/não pago e é a ponta do *iceberg* para a denúncia da questão da inferioridade feminina.

A questão da invisibilidade do trabalho feminino permanece obscura porque, tanto na visão liberal como na marxista, a subordinação feminina é explicada por sua exclusão do mundo mercantil e esta é devida a razões culturais. Feministas marxistas argumentam que as mulheres na esfera doméstica são exploradas por seus companheiros, sejam eles trabalhadores ou capitalistas, pois os afazeres domésticos são o tipo mais comum de trabalho não-pago. Não há equivalência na “troca” entre capital e trabalho, mas apenas uma igualdade de estatuto jurídico em sua relação contratual. Não é uma relação de troca entre portadores de mercadorias, e sim uma relação desigual de poder garantida e regulada pelo Estado (Melo & Serrano, 1997).

O exame dessa questão tem sido realizado sob uma ótica não econômica das relações de trabalho, sem levar em conta, em suas análises, as diferenças de sexo. Segundo a teoria econômica, em uma sociedade mercantil, a concorrência intra e intercapitalistas e trabalhadores ignora sexo e raça/cor. Leva em conta apenas competência e capacidade. Mas, na realidade, as diferenças de sexo e raça/cor consistem em um dos fatores de clivagem dessa concorrência, funcionando como álibi para a discriminação. As relações capitalistas em geral tendem a reproduzir as condições culturais do organismo social. No entanto, estas estão definidas pela dinâmica da acumulação capitalista. Por exemplo, a acelerada incorporação das mulheres no mercado de trabalho, nas últimas décadas, ilustra essa problemática.

O ocultamento das tarefas domésticas nas estatísticas oficiais de produção e consumo na sociedade, como algo que foge ao escopo da teoria econômica, porque não é objeto de troca/venda na sociedade, foi tratado pelo pensamento feminista como a construção da imagem partida da mulher, de cidadã de segunda categoria. Estas tarefas,

que antes eram organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em relação a sexo e classe, são tratadas separadamente e mantêm uma íntima relação com a situação de inferioridade da mulher no mundo atual.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo o desafio de apresentar como a renda *per capita* está desigualmente distribuída entre homens e mulheres e como esta desigualdade persiste ao longo do tempo. O estudo da ONU (2016) mostra que, se eliminássemos a diferença de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho, a renda delas aumentaria em pelo menos 30%, que é a diferença de rendimento das mulheres, em comparação ao dos homens, quando elas apresentam mesma qualificação e ocupam postos de trabalho semelhantes aos deles. Isso teria impacto direto também sobre as estimativas de PIB e, portanto, de renda nacional.

Com estas preocupações, este estudo ainda preliminar faz estimações para a distribuição do PIB per capita brasileiro entre os sexos nos últimos 25 anos, mostrando como a diferença de renda auferida por homens e mulheres tem se mantido em prejuízo delas, apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e da pequena redução dessa diferença ao longo desse um quarto de século.

Uma análise de gênero sobre a Renda Nacional

Nos trabalhos de Melo, Considera e Sabbato (2005, 2007 e 2016), os autores discutiram uma contribuição para situar o trabalho familiar dos cuidados e da reprodução da vida num marco analítico da teoria econômica feminista. Este tema foi tratado pelos economistas clássicos na discussão sobre salários e também como custo de reprodução histórica da classe trabalhadora, perspectiva presente também na interpretação de Marx, embora nesta como uma contradição (Picchio, 1999; Melo, 2009). Notem que tanto os clássicos como os marxistas não valoram os trabalhos que as mulheres realizam no interior das suas famílias e estes não são incorporados em seus esquemas analíticos representativos do sistema econômico. Isto se consagrou com a teoria neoclássica, que deslocou o foco analítico da produção para o mercado e separou definitivamente as esferas da produção mercantil da doméstica.

Esta separação explicita-se nas análises macroeconômicas relativas às Contas Nacionais, ao não contabilizarem o trabalho no interior das famílias como possuindo valor econômico, por que estas atividades não são permeadas por trocas monetárias (Melo & Castilho, 2009). É preocupado com esta ausência que este artigo tenta

estabelecer uma conexão entre os trabalhos realizados majoritariamente pelas mulheres no ambiente doméstico com a Contabilidade Nacional, apresentando uma análise exploratória e ousada para um importante indicador da distribuição da riqueza nacional – o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. A literatura econômica tradicionalmente não apresenta os cálculos do PIB *per capita* discriminado por sexo. Assim, não é possível atualmente dimensionar, a partir dele, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres na sociedade.

A repercussão do movimento feminista levou à formulação do conceito de gênero, e os vários campos do saber têm incorporado este como uma teia de relações de poder que se estabelecem entre as mulheres e os homens (Scott, 1990). Na realidade, deve-se repensar a família não mais como um conjunto homogêneo, mas uma situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes, que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de sobrevivência.

O problema é que o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres leva à subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no produtivo, acentuando a ideia do subemprego feminino. A invisibilidade que cerca o estudo das diferenças de gênero fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres pelo desenvolvimento. Ester Boserup (1970), no seu trabalho pioneiro, definiu a divisão sexual do trabalho como um elemento de base na divisão do trabalho. A autora apontou como o cálculo do produto nacional, ao não contabilizar os valores da produção e dos serviços de subsistência, subestima as atividades realizadas pelas mulheres e suas contribuições ao bem-estar socioeconômico, por não se dar a devida importância a estas atividades. As críticas realizadas pelas feministas, no final dos anos setenta, ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção.

Este enfoque mais amplo evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas. O trabalho de Ann Oakley (1974), ao explicitar a relação do trabalho do homem ao trabalho produtor de mercadorias, e o da mulher à casa, conclui que o termo dona-de-casa não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalhadora domésticas em remuneração. Isso colocou mais lenha na fogueira da rebelião feminina ao não aceitar mais os velhos estereótipos do papel feminino e desmascarar o trabalho não pago.

Pensamos, assim que a perspectiva de gênero possibilita uma avaliação mais rica sobre a quantidade e a qualidade das mudanças que as mulheres vivenciaram nas últimas décadas, devido às transformações acontecidas em todas as atividades econômicas. Esse reconhecimento implica em reavaliar a metodologia de cálculo das Contas Nacionais, que vela o trabalho doméstico e, desta forma, não reconhece sua enorme importância para o bem-estar da sociedade. Para culminar, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, colocou nas suas recomendações a necessidade de incorporar a contribuição do trabalho não-remunerado realizado majoritariamente por mulheres num sistema de contas satélites. Para o IBGE (2017), “as contas-satélites são uma extensão do Sistema de Contas Nacionais. Elas permitem a elaboração de análises sobre o perfil e a evolução de um determinado setor, de forma comparável ao total da economia medido pelas Contas Nacionais”.

A perspectiva de gênero e o Produto Interno Bruto *per capita*

Para as análises macroeconômicas, as Contas Nacionais são a fonte mais segura e mais abrangente para avaliar o desempenho econômico de uma sociedade. Estas mantêm regularidade no tempo e permitem a utilização de extensas series de tempo em análises econômicas. E, através de modelos teóricos, é possível analisar e interpretar o comportamento das variáveis macroeconômicas, como renda, emprego, nível geral de preços e de rendimentos, consumo, investimento, importações e exportações. Ou seja, através das Contas Nacionais é possível avaliar a atividade econômica num determinado período em seus múltiplos aspectos.

O SCN é “uma ferramenta com um objetivo bem estabelecido: a partir de um marco estrutural teórico, ele apresenta recomendações de como obter os dados para quantificar esse marco” (FEIJÓ e RAMOS, 2008) e, portanto, é um sistema que evolui junto com a teoria econômica, que aprimora e renova conceitos, e com os avanços tecnológicos e estatísticos que permitam melhores formas de coleta e de tratamento de dados com o intuito de melhor representar as atividades econômicas de uma sociedade.

O Sistema de Contas Nacionais (SCN), referência 2010, de responsabilidade do IBGE, segue as recomendações das Nações Unidas (ONU), desenvolvidas em conjunto com outros organismos, como o Fundo Monetário Internacional, a Comissão das Comunidades Europeias, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial, explicitadas no manual das contas nacionais da

ONU, o *System of National Accounts* de 1993, incorporando as atualizações já realizadas até 2008 ou SNA 2008 (IBGE, 2016). Segundo o manual SNA 2008, o Sistema de Contas Nacionais é composto de cinco blocos que se articulam e são consistentes: as Contas Econômicas Integradas (CEI), que apresentam as contas dos setores institucionais e do resto do mundo; as Tabelas de Recursos e Usos (TRU), que agrupam atividades econômicas e produtos segundo o tipo de transação econômica; tabela tridimensional das transações financeiras e dos estoques de ativos e passivos financeiros, explicitando as relações entre os setores institucionais; tabela com as transações dos setores institucionais segundo a função; e tabelas de população e emprego (IBGE, 2016).

A estrutura do SCN visa integrar os vários sistemas contábeis de representação da atividade econômica, como o balanço de pagamentos, as contas monetárias e financeiras e contas fiscais, sendo que seu núcleo central são as CEI, de onde são derivados os principais agregados econômicos. Estas contas descrevem os eventos econômicos básicos, como produção, consumo, acumulação e riqueza e são compostas por três conjuntos de contas: as contas correntes, que mostram a produção, distribuição e redistribuição da renda; as contas de acumulação, que apresentam as alterações no patrimônio líquido, composta pela conta de capital e pela conta financeira; e as contas de patrimônio financeiro, que registram os estoques e as variações dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

A vantagem dessas contas (CEI), segundo o IBGE, é permitirem maior integração entre contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e do patrimônio; incorporação da matriz insumo-produto; introdução de tabelas sobre população e emprego; e, além disso, têm maior flexibilidade ao permitirem a incorporação de algumas atividades obscurecidas nos demais componentes das Contas Nacionais, tornando-as visíveis através da elaboração de Contas-Satélites específicas, como as já existentes sobre saúde, turismo e meio ambiente.

O objetivo das TRU é analisar os fluxos de bens e serviços, os aspectos básicos do processo de produção e de geração de renda. Nestas contas (TRU) estão identificados os valores referentes aos produtos, segundo sua origem em nacional e importada; às margens de comércio e transporte; aos impostos líquidos de subsídios referentes a cada produto; e ao produto intermediário. Estas contas mostram os resultados de bens e serviços que se destinam à demanda final, distribuídos entre consumo final das famílias, das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias e do governo, formação bruta de

capital fixo, variação de estoques e exportações de bens e serviços. Por fim, apresentam os dados sobre remuneração dos empregados, as receitas de impostos sobre produção líquidos de subsídios, o rendimento misto bruto e o excedente operacional bruto.

Nas observações acima fica claro que na contabilidade do PIB estão compreendidas a produção mercantil de bens e serviços, sem distinção das relações de gênero. O que se observa é que a economia, a sociologia e a política esquecem o autêntico objetivo das pessoas: a vida, o bem-estar e a reprodução. A utilização do conceito divisão sexual do trabalho, consolidado desde os anos 1970 na perspectiva feminista da economia, mostra que as atividades realizadas principalmente pelas mulheres na família estão ausentes das Contas Nacionais. Estas atividades, segundo a metodologia utilizada pelo SCN, pelo fato de serem atividades não mercantis, não são contabilizadas. No entanto, o SCN já tem incorporado algumas estimativas de atividades não mercantis, tais como imputar como renda de aluguel o uso da casa própria.

A discussão sobre a necessidade de estatísticas econômicas de gênero destaca sua importância para a aplicação de políticas públicas que sejam mais coerentes com a realidade. As estatísticas, tanto sobre renda quanto sobre emprego, com corte de gênero, cor/raça e região geográfica, permitem que as análises sobre distribuição de renda e taxa de desemprego, por exemplo, sejam mais acuradas e as propostas de políticas públicas mais coerentes com a economia em análise.

Assim como o valor agregado do PIB (Produto Interno Bruto) não é suficiente para a análise macroeconômica, as estatísticas formadoras do PIB, como definidas na atualidade no Brasil, não são satisfatórias em alguns aspectos e requerem avanços metodológicos. Há uma necessidade hoje que algumas dessas estatísticas permitam estudos macroeconômicos com corte de gênero, cor/raça, visto que os dados mostram que há diferenças importantes entre rendimentos e oportunidades no mercado de trabalho quando estas características são utilizadas. Essa preocupação já se transformou em diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) a serem seguidas pelos países que publicam o SCN próprio, e já são realizadas por alguns países na América Latina e no mundo.

Aparentemente, a metodologia das Contas Nacionais na forma como está estruturada contribui para que seja feita uma associação linear da atividade masculina com a produção mercantil e da feminina com a atividade familiar doméstica. O significado dessa associação é a percepção da invisibilidade do trabalho das mulheres e

a desvalorização do seu lugar na sociedade. As pessoas que exercem afazeres domésticos, as donas de casa, sequer são consideradas como força de trabalho (PEA) e, portanto, nem são consideradas na contabilização da taxa de desemprego. Elas são classificadas como população inativa. Curiosamente, se estiverem exercendo, mesmo que sem remuneração, atividades em um empreendimento familiar, são tratadas como população ocupada. Segundo o SNA (2007), no seu capítulo VI sobre a conta de produção, os afazeres domésticos são excluídos do cálculo do PIB pelo fato de serem produtos de uso exclusivo doméstico/das famílias, e não podem, como a produção de bens agrícolas ou industriais para uso próprio, serem destinados alternativamente ao mercado (MELO, CONSIDERA & SABBATO, 2007). Estes bens e serviços não cumprem as exigências de mercado e, portanto, não exprimem a realidade do mercado capitalista.

Desde 2001 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE investiga o número de horas despendido pela população na execução de afazeres domésticos ou trabalho não-remunerado. A introdução dessa questão no corpo do questionário permite uma estimação, mesmo que precária, do valor econômico do trabalho realizado no interior do domicílio. Graças à introdução desta questão nos questionários da pesquisa, é possível ter informações para fazer uma mensuração dos afazeres domésticos, nas pesquisas relativas ao mundo do trabalho, coerente com o Sistema de Contas Nacionais.

Os trabalhos de Melo, Considera e Sabbato (2005, 2007 e 2016) mostraram que é possível elaborar um cálculo para mensurar o valor adicionado relativo aos afazeres domésticos. No texto de 2016 foi possível concluir que o número de horas dedicadas pelas mulheres em afazeres domésticos era duas vezes e meia as horas dedicadas pelos homens e que o número de mulheres empenhadas em afazeres domésticos era duas vezes superior ao número de homens realizando estas tarefas. Esse trabalho (2016, p. 181) mostrou que a renda correspondente aos afazeres domésticos realizados pelas mulheres no período de 2001 a 2011, se contabilizada no PIB, equivaleria a uma renda duas vezes e meia maior que a renda correspondente aos afazeres domésticos realizados pelos homens no mesmo período. Pode-se afirmar que nestes 10 anos escondidas em seus lares as mulheres brasileiras geraram o equivalente a um PIB nacional anual (*op. cit.*, 2016, p.181). Ou seja, as mulheres nesta década, ao cuidarem dos maridos, filhos, doentes, idosos, produziram uma quantidade de bens e serviços para nossa sociedade que não foi contabilizada, nem teve seu valor reconhecido. Por conseguinte, os afazeres

domésticos e os cuidados foram ignorados na representação da produção social de riqueza. A metodologia elaborada pelos autores concluiu que o PIB brasileiro aumentaria cerca de 13%, no período considerado, caso se valorasse o trabalho não-remunerado executado pelas mulheres a serviço de suas próprias famílias (2016, p. 181). Assim, este texto propõe uma abordagem para estimar o tradicional PIB *per capita* nacional com o corte de gênero.

Estimação do PIB *per capita* com corte de gênero

Esta metodologia origina-se numa estimação do PIB *per capita* com corte de gênero elaborada, em 2004, pelo professor João Lizardo de Araújo (COPPE/UFRJ), em conjunto com Hildete Pereira de Melo. A hipótese denominada por Araújo como heroica foi considerar que os rendimentos entre homens e mulheres se distribuem da mesma forma que os salários auferidos no trabalho principal pelo sexo feminino e masculino, respectivamente. Esta reflexão estimulou posteriormente Melo, Considera e Sabbato a desenvolverem uma pesquisa para valorar os afazeres domésticos no cálculo do PIB nacional.

Segundo a metodologia de Araújo & Melo (2004) para o cálculo do PIB *per capita* por gênero, são necessárias estimativas de algumas variáveis macroeconômicas: a participação relativa de homens e mulheres na PEA; o rendimento do trabalho das mulheres como proporção do rendimento do trabalho dos homens; o PIB total de cada ano; e a população total distribuída entre homens e mulheres.

Definindo a parcela feminina na conta salarial, s_f , como:

$$s_f = \frac{(w_f/w_m) * ea_f}{[(w_f/w_m) * ea_f] + ea_m} \quad (1)$$

sendo, w_f massa salarial das mulheres; w_m a massa salarial dos homens; ea_f a participação da população feminina no total da PEA; e ea_m a participação da população masculina no total da PEA.

O PIB *per capita* feminino, YF_{pc} , é igual a:

$$YF_{pc} = s_f * (Y/N_f) \quad (2)$$

sendo, N_f a população feminina total; e Y o PIB total em dólar EUA.

E o PIB *per capita* masculino, YM_{pc} , é igual a:

$$YM_{pc} = (1 - s_f) * (Y/N_m) \quad (3)$$

Foram utilizados os dados de população, PEA e PIB publicados pelo IBGE para os respectivos anos, conforme tabela 1.

Tabela 1: Valores das principais variáveis utilizadas, Brasil 1991, 2000 e 2015

Ano	PIB (US\$ bilhões)	w_f/w_m (%)	ea_f (%)	ea_m (%)	N_f (milhões)	N_m (milhões)
1991	405,68	58,0	32,5	67,5	74,3	72,5
2000	655,71	65,2	40,0	60,0	86,2	83,6
2005	892,03	70,9	43,7	56,3	93,4	91,8
2010	2.209,75	67,7	44,1	55,9	97,3	93,4
2015	1.796,17	75,6	43,8	56,2	103,5	100,9

Nota: IPEADATA, série de dados do PIB em US\$ câmbio médio. Dados originais do Boletim do Banco Central do Brasil.

Fonte: IBGE, IPEADATA, vários anos.

Os valores estimados para o PIB *per capita* feminino para o período 1991-2015 apresentam uma melhora na distribuição entre o PIB *per capita* feminino e o PIB *per capita* masculino (tabela 2), com redução da desigualdade entre os montantes de renda apropriados por cada sexo, apesar de mostrar que permanece a desigualdade, com prejuízo dos rendimentos da população feminina. Nestas duas décadas e meia, mesmo com um aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, isso não correspondeu em melhoria na mesma proporção em seus rendimentos, *vis a vis* aos rendimentos dos homens. Em 1991 o Censo Demográfico brasileiro mostrou que, pela primeira vez, as mulheres ultrapassaram o nível de escolaridade dos homens (SOARES, MELO, BANDEIRA, 2014). Todavia, esta vantagem educacional não se traduziu na igualdade dos rendimentos entre os sexos. Cabe ressaltar que naquele ano (1991) o *gap* entre os rendimentos médios de homens e

mulheres era bem superior ao atual, resultando num PIB *per capita* feminino igual a apenas 27,2% do PIB *per capita* masculino (tabela 2).

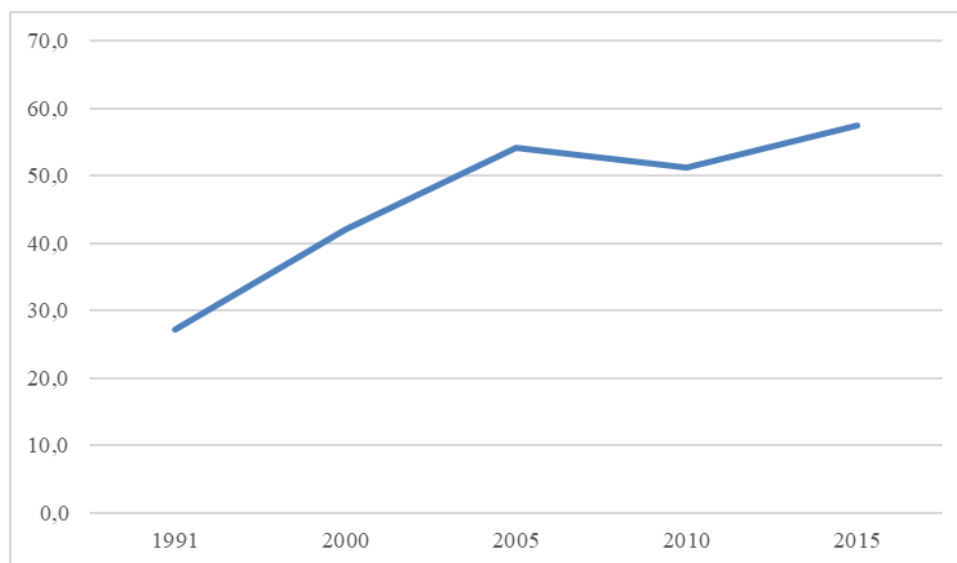
Chamamos atenção para o fato de os ganhos provenientes da elevação da escolaridade feminina terem se refletido, de forma contundente, em aumento do rendimento das mulheres, sobretudo na década de 1991/2000, cuja taxa de crescimento foi de incríveis 93,4%. Mas, cabe destacar que é possível que a elevação da escolaridade das mulheres já não se reflita em significativos ganhos de rendimento como observado no início do período aqui analisado (tabela 2 e gráfico 1).

Tabela 2: Estimação do PIB *per capita* por sexo, Brasil 1991-2015 (US\$)

Ano	PIB per capita Feminino (YF_{pc})		PIB per capita Masculino (YM_{pc})		YF_{pc}/YM_{pc} (%)
	Valor estimado	Variação no período	Valor estimado	Variação no período	
1991	1.191,91	—	4.374,08	—	27,2
2000	2.304,68	93,4	5.467,07	25,0	42,2
2005	3.390,23	47,1	6.267,78	14,6	54,1
2010	7.906,69	133,2	15.422,16	146,1	51,3
2015	6.431,35	-24,2	11.204,41	-27,4	57,4

Fonte: Tabela 1. Elaboração própria.

**Gráfico 1: PIB *per capita* feminino em relação ao PIB *per capita* masculino
1991-2015 (%)**



Fonte: Tabela 2. Elaboração própria.

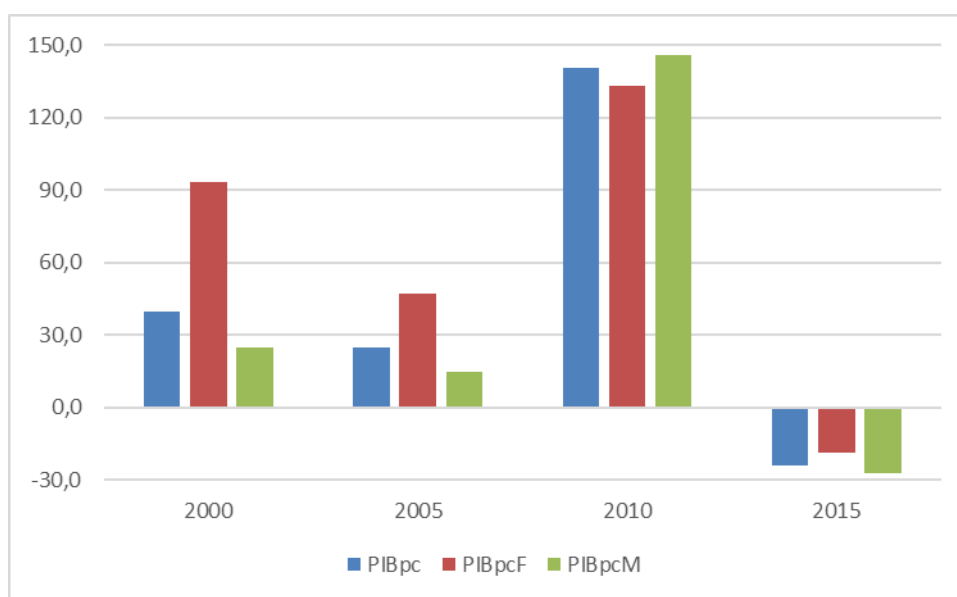
A tabela 2 mostra que a taxa de crescimento do PIB *per capita* feminino em média é superior à taxa de crescimento do PIB *per capita* masculino em todo o período analisado, com exceção para o ano de 2010. Provavelmente, neste ano os ganhos de rendimento provenientes do aumento da escolaridade feminina mostram o arrefecimento dos benefícios provenientes dos ganhos de escolaridade.

No período analisado, a maior taxa de crescimento do PIB *per capita* feminino ocorreu em 2010, embora neste ano a taxa de crescimento do PIB *per capita* masculino tenha tido comportamento diferente dos demais anos analisados, por apresentar uma taxa de crescimento maior que a do PIB *per capita* feminino. Todos ganharam, mas neste ano eles ganharam mais que elas. Porém, quando se observam as taxas de crescimento em relação ao ano observado anterior, a taxa de crescimento do PIB *per capita* feminino tem se mantido superior. Notem que nestes vinte e cinco anos de análise, a relação entre o PIB *per capita* feminino e masculino tem aumentado, passando de 27,2% em 1991 para 57,4% em 2015, ou seja, dobrou os ganhos relativos de renda das mulheres brasileiras. Apesar desse ganho expressivo, as mulheres ainda têm um *gap* de PIB *per capita* em relação ao dos homens. Para cada US\$1,00 dólar de PIB *per capita* masculino, as mulheres auferem US\$ 0,57(tabela 2 e gráfico 1).

Em 1991, o PIB *per capita* brasileiro foi de US\$ 2.763,0, sendo que o PIB *per capita feminino* foi de US\$ 1.191,91 e o PIB *per capita* masculino foi de US\$ 4.374,08.

Num olhar de gênero observa-se que nesse ano o PIB *per capita* feminino equivalia a 27,2% do PIB *per capita* masculino. Em 2015, após a os ganhos de renda das mulheres, como comentado anteriormente, observa-se uma melhoria nesta distribuição dos rendimentos, com as mulheres ampliando sua fatia no bolo nacional. O PIB *per capita* brasileiro (PIBpc) em 2015 foi de US\$ 8.785,30, sendo a renda *per capita* feminina de US\$ 6.431,35 e a masculina de US\$ 11.204,41. Note-se que o PIB *per capita* feminino (PIBpcF) nesse ano equivalia a 57,2% do PIB *per capita* masculino (PIBpcM), um aumento de 30 pontos percentuais no período de 25 anos (tabela 2 e gráfico 2)².

Gráfico 2: Variação do PIB *per capita* por período, 1991-2015



A melhoria da renda *per capita* feminina no Brasil se deve, provavelmente, ao crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Estas eram 40% da PEA nacional em 2000 e em 2015 a PEA feminina chegou a 44%, ou seja, em 15 anos as mulheres elevaram em 10% sua participação no mercado de trabalho.

Outra provável explicação para a melhoria da participação feminina na renda nacional é o maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, sobretudo o maior percentual destas com educação superior. Mesmo que permaneça a segregação de gênero na ocupação de postos de chefia e gerenciais, a obtenção do

²Este trabalho, por ser inicialmente apenas uma atualização de pesquisa iniciada por Araújo e Melo, mantém as estimativas em US\$. No entanto, é necessário destacar que, pelo fato de o dólar no período analisado, a partir de 2000, ter ficado sempre valorizado em relação ao real, causa um crescimento muito elevado do PIB *per capita*. No entanto, como a análise aqui é comparativa, em termos de taxa de crescimento relativa do PIB *per capita* total e por sexo, a valorização não prejudica a análise.

diploma no Brasil confere uma elevação de rendimentos, embora isso não signifique uma distribuição de rendimentos igualitários entre os sexos.

Considerações Finais

Este trabalho representa um exercício que desnuda a desigualdade dos rendimentos do trabalho entre mulheres e homens. O fio condutor do trabalho utiliza o indicador econômico mais importante para a mensuração das atividades econômicas, o Produto Interno Bruto – PIB. As estimativas imputam uma dimensão das relações de gênero para o cálculo anual da riqueza *per capita* produzida no Brasil, utilizando os dados de PIB *per capita* e de rendimentos do trabalho dos homens e mulheres publicados pelo IBGE.

Reconhecemos a audácia desse enfoque que as autoras propõem aos cânones da teoria econômica ao elaborar este indicador do PIB *per capita* por sexo e submetê-lo à apreciação de seus pares. Esta ousada hipótese proposta mostrou-se coerente aos dados oficiais em termos de mercado de trabalho, distribuição de renda e crescimento do PIB. Os números apresentados na partição do PIB *per capita*, que esta pesquisa elaborou, imprime confiança às autoras para esperar outras contribuições que permitam que a teoria econômica avance no aprofundamento das relações de gênero no seio das reflexões econômicas.

Ao longo destes anos, os padrões das relações de gênero na sociedade brasileira permanecem quase inalterados no que se refere à divisão sexual do trabalho. Mas, infelizmente os avanços sociais das mulheres no campo educacional e do trabalho não foram suficientes para construir a igualdade de rendimentos entre os sexos. No entanto é necessário destacar que, ao longo dos anos analisados, as mulheres conquistaram ganhos significativos de PIB *per capita* relativo ao dos homens, passando de 27,2% do PIB per capita masculino, em 1991, para 57,4% em 2015.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas – desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Record, 1997.

ARAÚJO, João Lizardo de; Hildete Pereira de MELO. Notas preliminares para o cálculo do PIB per capita por gênero. Mimeo. 2004.

BOSERUP, Ester. **Woman's role in economic development**. USA: St Martin's Press, Inc, 1970. George Allen & Unwin Ltd, 1970.

FEIJÓ, Carmem A.; Roberto L. Olinto RAMOS. **Contabilidade Social – a nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2008.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais, Brasil – ano de referência 2010. Serie Relatórios Metodológicos, Vol. 24, 3ªed., 2016.
Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98142.pdf>

IBGE. Conta-satélite de saúde: Brasil: 2010-2015. Coordenação de Contas Nacionais. IBGE, 2017.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Estudos & Pesquisas, N. 33, IBGE, 2014.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira, 2016. Estudos & Pesquisa, N. 36, IBGE, 2016.

IPEADATA. Série do PIB a câmbio médio. Acesso: 29 jan 2018.

MELO, Hildete Pereira (Org.). Dossiê – A perspectiva feminista e os trabalhos sobre os usos do tempo. *Econômica. Revista da Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense*, Vol. 12, N. 1, junho, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; Claudio Monteiro CONSIDERA; Alberto Di SABBATO. Os afazeres domésticos contam. *Texto para Discussão*, N. 177, Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Economia, setembro 2005.

MELO, Hildete Pereira de; Claudio Monteiro CONSIDERA; Alberto Di SABBATO. Os afazeres domésticos contam! *Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*, Vol.16, N. 3, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; Marta CASTILHO. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea, IE/UFRJ*, Vol. 13, N. 1, jan/abril, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; Claudio Monteiro CONSIDERA; Alberto Di SABBATO. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In: FONTOURA, Natália; Clara ARAUJO (Org.). *Uso do Tempo e Gênero*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), 2016.

MELO, Hildete Pereira de; Franklin SERRANO. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas – desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Record, 1997.

OAKLEY, Ann. **Housewife**. London: Penguin, 1974 e 1990 (2ª edição).

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Org.). **Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990. Original: Scott, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em dez 2017.

SOARES, Cristiane; Hildete Pereira de MELO; Lourdes M. BANDEIRA. O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1872 a 2010. **Anais do XIX Encontro Anual da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP)**, realizado em São Pedro/SP de 24 a 28 de outubro de 2014.

UNITED NATIONS. **The World's Women 2015 – Trends and Statistics**. United Nations Statistics Division, 2016. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/worldswomen.html>